



Preocupem-se com a Democracia, se querem ter Futuro

Se regresso ao tema é porque o futuro do país passa por este. As eleições primárias do PS, daqui a uma dezena de dias, só despertam a minha curiosidade, porque abrem caminho, pela primeira vez, a uma votação de eleitores não inscritos partidariamente, numa selecção dum futuro candidato partidário a primeiro ministro.

Não sou do PS, não voto no PS.

Como cidadão preocupado com o meu país, não deixo de estar atento à crise com que se debate, não só o PS, mas todos os partidos contemporâneos. Os dois debates realizados na TVI e na SIC, entre António Costa e António José Seguro, nada trouxeram de novo: nem que mudança, nem que orientação, nem que programa de governo, nem que alianças. Ambos são políticos nascidos do aparelho partidário, frutos das relações e compromissos que atam o poder político à árvore das patacas do poder económico e financeiro. Ambos trazem atrás de si um exército de confrades, onde há gente respeitável e outros que há muito deviam estar a prestar contas à justiça, se ela cumprisse o seu dever constitucional. Os medias, os comentadores encartados daqueles, bajulam mais Costa que Seguro, apesar deste, honra lhe seja feita, falar de coisas e caminhos que Costa prudentemente -raposa velha - adia para as Calendas. Mas há algo que nitidamente os separa. Costa é Lisboa, a linha de Cascais, o tu cá tu lá com as classes e os grupos políticos que do país conhecem as praias, as feiras, os comícios eleitorais, quanto muito os caciques tradicionais do partido nos concelhos. Seguro foi quem, nestes anos de inverno nacional, após Sócrates e tudo o que Sócrates representou (Costa era o 2º na hierarquia do governo e do partido), reorganizou nacionalmente o PS esfrangalhado, conseguiu de forma zigzagueante, é certo, aguentá-lo como o segundo maior partido da oposição, levou-o às vitórias nas autárquicas e nas europeias. Concedeu, fez compromissos, abdicou, mas poderia ter feito mais do que isso?

Como cidadão, discordo das suas cedências aos partidos conservadores e reaccionários do arco do poder, os partidos dos interesses - onde o PS também está instalado - do capitalismo especulativo (que é o único que medra neste País), a um presidente que vela para que aqueles não sejam apeados, nem desautorizados. Mas, ante esquerdas partidárias que, desde 1975,

dividiram o país político em direita (CDS, PSD, PS) e esquerda (o PCP, esquerda A, o BE no seu somatório triangular, Esquerda B), que poderia fazer Seguro além do que conseguiu, sob o azorrague da austeridade do pangermanismo histórico da senhora Merkel e das suas sucursais europeias nos governos dos países do Euro? Não havia ainda à esquerda, audíveis, o Livre, O Manifesto, a Renovação Comunista, outros grupos de cidadãos, que procuram, no presente, conciliar uma esquerda à esquerda do PS, para um diálogo, senão com todo o PS, pelo menos com a parte que deseja, de norte a sul do país, simpatizantes, votantes, a conciliação da liberdade, com a igualdade e a justiça social, sem a ruptura com a Europa.

Há uma divisão profunda no país, entre o centro e a periferia, agravada pela separação nítida entre o litoral e o interior. Creio que Seguro tem mais consciência disso do que António Costa, e não há nenhuma ingenuidade na crítica dos monopolistas críticos dos jornais, todos filhos do ideal da alma lisboeta de viver à custa alheia (até já se promete um novo imposto de circulação para a entrada em Lisboa, como se a entrada em Lisboa não seja o que alimenta a vida da cidade parasitária em que o devir histórico e social a transformou) no apoio ao segundo e no desprezo por «incapacidade» do primeiro.

Mas os caminhos do PS são dúbios, sejam com Costa, sejam com Seguro. O que está em causa é o futuro da democracia. Permita-se-me concluir com um extracto dum artigo de Elísio Estanque, «O Partidismo Ufano de Francisco Assis», publicado no Público de 3ª feira. »A “partidocracia” hoje dominante no PS (e nos partidos em geral) é incapaz de ver para além do seu próprio umbigo, ou seja, jamais consegue admitir que ou as estruturas partidárias reformam profundamente o sistema (e a si próprias), ou o empurram para a entropia e o esgotamento, que é exactamente o que está a acontecer».

A surpresa é que de 1880 a 1910, por fases distintas, é certo, a vida partidária da monarquia constitucional não era muito diferente. E os interlocutores europeus eram os mesmos com objectivos de controlo e de domínio. Conclusão: avançou-se pouco na conquista das liberdades dos povos.

18 de Setembro de 2014 antoniomario45@gmail.com

António Mário escreve sempre às quintas-feiras em www.oriachense.pt